



## 28 DE OUTUBRO DE 2015

### Quarta-feira

- PRAZO FINAL DE ADESÃO AO PRORELIT – PROGRAMA DE REDUÇÃO DE LITÍGIOS TRIBUTÁRIOS
- REFIS DA COPA – PARCELAMENTO LEI Nº 12.996/2014 (REABERTURA LEI Nº 11.941/2009) – DESISTÊNCIA DE PROCESSOS JUDICIAIS
- ARTIGO: UMA SOLUÇÃO PARA A CRISE ELÉTRICA
- ARTIGO: A TERCEIRIZAÇÃO COMO UM PILAR PARA A COMPETITIVIDADE
- PLANALTO JÁ DESCARTA APROVAR A CPMF NESTE ANO
- JUROS ALTOS TORNAM RENDA FIXA MAIS ATRATIVA
- PARANÁ TEM TRÊS EMPRESAS ENTRE AS MELHORES EM GESTÃO DE PESSOAS
- BRASIL PRECISA INVESTIR R\$ 63 BI EM LOGÍSTICA NO SUDESTE ATÉ 2020, DIZ CNI
- RIO DE JANEIRO RECEBE R\$ 190 MILHÕES EM INVESTIMENTOS DA GE CELMA
- HIRSA INVESTE R\$ 1,8 MILHÃO E OBTÉM NBR ISO 17025
- MECÂNICA 2016: LÍDERES DE OPINIÃO DO MERCADO AJUDAM A DEFINIR PRINCIPAIS TEMAS DE INTERESSE DA INDÚSTRIA
- WEG TEM LUCRO MAIOR NO 3º TRI COM EXPANSÃO NO MERCADO EXTERNO
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SOBE EM OUTUBRO APÓS ATINGIR MÍNIMA HISTÓRICA
- CÂMBIO AJUDA MINERADORAS A SEGUIR CRESCENDO, APESAR DOS PREÇOS EM QUEDA
- GOVERNO CORTA RECURSOS DO FINAME-PSI
- CARROS ELÉTRICOS FICAM MAIS BARATOS COM RETIRADA DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO
- FUNCIONÁRIOS DA CAIXA ENCERRAM GREVE NESTA TERÇA-FEIRA (27)
- BOSCH CRIA SISTEMA QUE ACHA VAGAS DE ESTACIONAMENTO

- HONDA CONFIRMA VTEC TURBO 1.5 NO CIVIC
- HSBC SUSPENDERÁ SERVIÇO DE TRANSFERÊNCIA GLOBAL NO BRASIL A PARTIR DO FIM DE NOVEMBRO
- GM FAZ RECALL DE 1,3 MI MODELOS ANTIGOS POR PERIGO DE INCÊNDIO
- UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS POR EMPRESAS DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA
- VOLKSWAGEN SOFRE 1o PREJUÍZO TRIMESTRAL EM PELO MENOS 15 ANOS
- DESONERAÇÃO OU MAJORAÇÃO?
- NOVO REGIME ESPECIAL É A OPÇÃO PARA MICRO E PEQUENAS SAÍREM DA CRISE
- PIB SÓ VOLTA AO NÍVEL DE 2013 NO FIM DE 2019, DIZ ECONOMISTA
- DESVALORIZAÇÃO DO REAL PUXOU INFLAÇÃO DOS INDUSTRIALIZADOS EM SETEMBRO, DIZ IBGE
- AFIF DOMINGOS DIZ QUE OUTROS PAÍSES "NÃO TÊM O MANICÔMIO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO"
- MDIC DIZ QUE REDUÇÃO DE IMPOSTO DE CARRO ELÉTRICO VISA ATRAIR INVESTIMENTOS
- BRASIL AINDA TEM PROBLEMAS DE RESTRICÇÃO A INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS, DIZ OCDE
- DÓLAR À VISTA RECUA À ESPERA DE SINAIS DO FEDERAL RESERVE NOS EUA
- PERSPECTIVA É QUE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL CONTINUE CAINDO, DIZ SOBEET
- DIRETOR DA VW DIZ QUE EMPRESA FARÁ O POSSÍVEL PARA RECUPERAR CONFIANÇA
- VALE TERIA DESISTIDO DE PROJETO ORÇADO EM R\$ 3,6 BI EM PATROCÍNIO
- EMPRESA ESTARIA PROCURANDO SÓCIO
- JURO DO ROTATIVO DO CARTÃO CHEGA A 414,3%
- BRASIL CAI CINCO POSIÇÕES EM RANKING MUNDIAL SOBRE FACILIDADE DE NEGÓCIOS
- EMPRESAS AINDA NÃO ESTÃO PREPARADAS PARA ENFRENTAR CRISES

<b>CÂMBIO</b> <b>Em 28/10/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,871	3,872
<b>Euro</b>	4,287	4,289

**Fonte: BACEN**

### **Prazo final de adesão ao PRORELIT – Programa de Redução de Litígios Tributários**

28/10/2015 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados – Advogados

Encerra-se em 30 de outubro de 2015 o prazo de apresentação do **Requerimento de adesão ao Programa de Redução de Litígios Tributários (PRORELIT)**, nos termos da Medida Provisória – MP nº 685/2015 (alterada pela MP nº 692/2015) regulamentada pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.399/2015.

Contudo, em nota a RFB informou que considerando que no dia 30/10/2015 é ponto facultativo no Serviço Público Federal, **o contribuinte poderá apresentar o Requerimento de Quitação de Débitos em Discussão (RQD) até o dia 3 de novembro de 2015.**

Salienta-se que mesmo podendo apresentar o requerimento até o dia 3 de novembro, o pagamento em espécie exigido legalmente, de 30% a 36%, conforme seja a opção, deve ser realizado impreterivelmente até o dia 30 de outubro.

### **Refis da COPA – Parcelamento Lei nº 12.996/2014 (reabertura Lei nº 11.941/2009) – Desistência de processos judiciais**

28/10/2015 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados – Advogados

Encerra-se em 30 de outubro de 2015 o prazo para a formalização de desistência das discussões judiciais, em caso de débitos objeto de discussão judicial cuja consolidação tenha ocorrido em setembro de 2015, nos termos do art. 8º da Portaria RFB nº 13/2014 (fundamentado pela Lei nº 12.996/2014 e Lei nº 13.043/2014).

O prazo estabelecido está previsto na referida Portaria disciplinando **que a desistência das ações deve ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente,** observando:

- I. à ciência da consolidação da respectiva modalidade de parcelamento;
- II. à conclusão da consolidação de que trata o art. 20; ou
- III. ao término do prazo para pagamento à vista.

Por fim, alertamos que no caso de desistência de ações judiciais, o sujeito passivo poderá ser intimado, a qualquer tempo, para o protocolo tempestivo do requerimento de extinção

dos processos, com resolução do mérito, nos termos do inciso V do art. 269 do CPC, mediante apresentação de comprovante do protocolo da petição de desistência ou de certidão do Cartório que ateste a situação das respectivas ações.

## **Artigo: Uma solução para a crise elétrica**

28/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O fim do período de concessão de centrais hidrelétricas oferece excelente oportunidade de significativos ganhos econômicos para os brasileiros. Esse tipo de central caracteriza-se por ter a maior parte de seus ativos amortizados no fim do período da concessão.

Dessa forma, o custo de sua energia no novo período de concessão é muito inferior aos preços praticados no mercado elétrico. Essa situação permite ao governo decidir, quando do novo período de concessão dessas centrais, como repartir, entre os brasileiros, os ganhos econômicos resultantes dessa diferença entre preço e custo.

O governo pode determinar que as centrais pratiquem preços alinhados com seus custos. Nesse caso, ele repassa os benefícios econômicos da renovação das concessões para os consumidores de energia.

Alternativamente, o governo pode dar liberdade às empresas para que fixem seus preços, independentemente de seus custos. Nessa circunstância, as concessionárias irão ajustar seus preços aos praticados por seus concorrentes no mercado elétrico.

Nesse segundo caso, para evitar que os ganhos econômicos das renovações não sejam apropriados pelo novo concessionário, o governo deve solicitar que este ofereça uma remuneração à União pelo direito outorgado de explorar um bem público (potencial hidrelétrico). Nessa segunda situação, a repartição dos benefícios econômicos (remuneração da outorga) fica a critério do governo.

Na renovação de diversas concessões de hidrelétricas realizadas em 2013, o governo optou pela primeira alternativa. Infelizmente, os benefícios econômicos obtidos pelos consumidores foram rapidamente revertidos em perdas, em decorrência da desorganização financeira do mercado elétrico provocada pela forma esdrúxula como foi conduzida essa solução. Os aumentos tarifários do período 2014-2015 superaram largamente os benefícios da redução tarifária concedida em 2013.

Um novo conjunto de centrais hidrelétricas deverá ter estendido seu período de concessão. Contudo, desta vez o governo optou por estipular que os interessados nessas concessões devem pagar bônus de outorga à União. O governo pretende recolher R\$ 11 bilhões para os cofres do Tesouro no leilão que deveria ocorrer em 6 de novembro, mas acabou de ser adiado para o dia 25.

Dessa forma, o governo irá se apropriar dos benefícios econômicos do novo período de concessão em detrimento dos consumidores de energia. A justificativa para essa radical mudança de postura é a necessidade premente que o governo enfrenta de equacionar a difícil situação das contas públicas.

Os recursos obtidos com os bônus de outorga teriam maior utilidade para os brasileiros se destinados a enfrentar a grave crise financeira setorial. A inadimplência na liquidação dos contratos dos meses de julho e agosto já atingiu o patamar absurdo de 56%. É consensual, entre os agentes do sistema elétrico, que a refundação do mercado elétrico é urgente e indispensável para enfrentar essa crise.

O núcleo central dessa reorganização setorial deve ser uma nova sistemática de gestão dos reservatórios hidrelétricos que, é importante destacar, não deve servir apenas ao

mercado elétrico, mas contemplar, de forma objetiva e clara, o abastecimento de água das populações urbanas.

Adilson de Oliveira é professor do Instituto de Economia e membro do Conselho Curador da UFRJ.

## **Artigo: A terceirização como um pilar para a competitividade**

28/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A robotização, o melhor valor, a obtenção de vários fornecedores de bens e serviços e os serviços empresariais globais podem ser considerados as principais tendências que vão impulsionar o mercado mundial de terceirização, nos próximos anos, segundo pesquisa da KPMG. Este estudo teve como foco as empresas que enxergam a terceirização como um componente-chave da sua estratégia de negócios.

Um dos principais desafios diz respeito às consequências e impactos do avanço tecnológico no setor. Em nível global, a digitalização (ou robotização) vai se desenvolver em ritmo acelerado, influenciando os modelos de negócio e de obtenção de fornecedores de bens e serviços.

O que temos visto é que, na prática, precisamos de soluções de fornecimento e de fornecedores de bens e serviços que respaldem a transição para um ambiente em mutação. Nesse sentido, as empresas devem se adaptar a um ambiente em que a tecnologia está em toda parte e precisam abraçar uma mudança de paradigma para se concentrar em novos recursos para realmente proporcionar agilidade aos clientes.

A consequência para a terceirização é que as organizações devem ser capazes de orquestrar contratos mais flexíveis e mais curtos em um ecossistema com vários fornecedores.

Vale lembrar, ainda, que outro impacto da robotização está relacionado à mão de obra. Enquanto vivemos no Brasil a discussão sobre a lei da terceirização, centenas ou milhares de pessoas já estão perdendo seus postos de trabalho com a troca de suas funções por software inteligente.

Por outro lado, o método usado para a seleção de fornecedores no setor com base no melhor valor, o segundo tema apontado como tendência, não vem sendo desenvolvido globalmente como é o caso da robotização.

Já a obtenção de múltiplos fornecedores de bens e serviços dentro da mesma função também surge como uma estratégia de negócios para reduzir custos e melhorar a eficiência das empresas.

Por isso é importante que as organizações mantenham foco detalhado na governança e na integração adequada do serviço, sob o risco de perder o valor de suas relações de terceirização.

Já os serviços empresariais globais vêm conquistando espaço ao redor do mundo, depois de ter sua presença consolidada nos Estados Unidos e na Europa nos últimos anos.

Vemos, hoje, mais empresas estabelecendo esse tipo de serviços em centros regionais e, ao mesmo tempo, trabalhando de acordo com os princípios norteadores de um modelo global. No Brasil, a utilização de serviços compartilhados está crescendo e já é bastante difundida, mas com um grande foco transacional.

No Brasil, com relação às discussões sobre a lei da terceirização, podemos concluir o quanto ainda temos de evoluir para um mercado com múltiplas opções de fornecedores de serviços, oriundos de uma mentalidade empreendedora e voltada para o futuro.

A economia de serviços veio para ficar e impactará grandemente os modelos de operação das organizações, visto que diversos serviços poderão ser adquiridos, consumidos e pagos com base no efetivo uso, afetando inclusive a infraestrutura tecnológica existente nas empresas e a forma de atuação dos líderes de tecnologia, que precisarão ser habilitados para integrar serviços internos com serviços externos.

(Fernando Aguirre é sócio da KPMG).

## **Planalto já descarta aprovar a CPMF neste ano**

28/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Diante da resistência do Congresso Nacional em recriar a CPMF, o governo federal já descarta a possibilidade de aprovar ainda neste ano o novo imposto. O Planalto vem buscando o apoio de governadores e prefeitos, prometendo repartir parte da arrecadação, para que eles pressionem as bancadas estaduais a endossar a recriação do tributo – que garantiria uma arrecadação extra de R\$ 32 bilhões ao ano. Mas ainda não há consenso nem mesmo entre estados e municípios sobre o novo formato do imposto.

### ***Tributo é rejeitado por 70,5%***

A maioria dos brasileiros (70,5%) é contra a recriação da CPMF, mostra pesquisa MDA/CNT divulgada na terça-feira (27). Só 9,4% disseram ser favoráveis ao imposto. A pesquisa mostra ainda que 86,7% dos entrevistados não estão dispostos a pagar qualquer tipo de imposto novo para ajudar o Brasil a superar a crise econômica. Só 12,1% aceitam mais tributos.

Em reunião na terça-feira (27) com prefeitos e governadores, o ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, reconheceu a dificuldade de aprovação da proposta ainda neste ano.

Pela proposta enviada pelo Planalto ao Congresso, a alíquota da nova CPMF seria de 0,20% sobre as movimentações financeiras. Os recursos seriam destinados para a Previdência Social. Mas os prefeitos e governadores pediram na reunião que o tributo também financie a saúde. O governo informou que vai estudar a proposta.

Outro pleito, apresentado na reunião pela Frente Nacional de Prefeitos, é que o dinheiro seja distribuído de acordo com o número de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) atendidos em cada município – o que beneficiaria as cidades maiores, mas poderia encontrar resistência de prefeitos das menores.

Além disso, governadores e prefeitos têm defendido elevar a alíquota do imposto para 0,38%, com a possibilidade de 0,18% ser dividido entre estados e municípios (0,09% para cada um).

Para evitar maior resistência no Congresso, o Planalto tem dito que não encampará publicamente uma alíquota maior, mas que não vai se opor caso prefeitos e governadores decidam defendê-la, pois a proposta interessa à equipe econômica para ajudar a cobrir o rombo fiscal.

A expectativa é de que o Planalto, os governadores e os prefeitos fechem um acordo sobre a forma de dividir os recursos até a próxima semana. No dia 19 de novembro eles devem se reunir com a presidente Dilma Rousseff para bater o martelo sobre a distribuição dos valores da CPMF.

A partir daí, o Congresso teria apenas um mês, antes do recesso legislativo, para aprovar a CPMF, tanto na Câmara e quanto Senado, em pelo menos duas votações em cada Casa. O prazo é considerado muito apertado para um tema tão polêmico.

Além de Berzoini, participaram da reunião da terça os governadores do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), e representantes da Frente Nacional de Prefeitos, da Confederação Nacional dos Municípios e da Associação Brasileira de Municípios.

## **Juros altos tornam renda fixa mais atrativa**

28/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A manutenção da taxa Selic em 14,25% e a previsão de que a inflação oficial (IPCA) fechará o ano em 9,85% – com tendência a ultrapassar a meta de 4,5% em 2016 – sinalizam que os juros não irão cair tão cedo. Um cenário ideal para se investir na renda fixa.

A principal vantagem destas aplicações é a vinculação dos rendimentos à Selic, que deverá se manter acima dos 12% até o fim de 2016. Na prática, os ganhos com Tesouro Direto, Crédito de Depósito Bancário (CDB) e outros fundos de renda fixa são maiores que os da poupança, que rende até 6,15%.

“Quando o investidor tem algum dinheiro sobrando, ele precisa colocar em aplicações que mantenham o poder de compra. Se a projeção de inflação hoje está acima dos 9%, qualquer investimento abaixo disso não representará um ganho real”, diz o gerente de investimentos da Central Sicredi de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, Adilson Félix.

### ***Títulos da dívida***

Uma das sugestões é recorrer ao Tesouro Direto, títulos da dívida da União que, mesmo com a cobrança de Imposto de Renda – que varia de 22,5% a 15% –, ainda são bastante atraentes.

Para ter acesso aos papéis, o investidor deve ter uma conta numa corretora de valores. Para a gestão do dinheiro, as empresas cobram uma taxa de custódia, que, em média, é de 0,4% ao ano. Aos mais desconfiados, porém, Félix garante que as agências são constantemente fiscalizadas.

Como todas as aplicações em renda fixa, a opção tem ainda o respaldo do Fundo Garantidor de Crédito, que diante de qualquer imprevisto devolve até R\$ 250 mil investidos.



“O Tesouro é uma opção muito flexível. Você pode comprar e vender títulos a qualquer hora e ficar com eles por uma semana ou esperar pelo vencimento”, acrescenta o economista.

Há diferentes tipos de papéis, que podem ser pré-fixados – quando o cliente sabe exatamente quanto receberá ao final – e pós-fixados – que dependem da variação das taxas atreladas ao rendimento.

Aos pequenos investidores com até R\$ 20 mil disponíveis, a consultora de investimentos da Órama Sandra Blanco recomenda colocar ao menos 50% do dinheiro no Tesouro Selic, título pós-fixado que segue a variação da taxa de juros.

“Mas quem tem um capital mais robusto e busca por diversificação pode aplicar em títulos pré-fixados. O Tesouro é seguro, mas nos últimos anos se viu uma grande volatilidade nos pré-fixados, que têm o vencimento mais longo, como 2030 e 2050” alerta.

### **Outros fundos**

Os fundos DI, que têm como referência a taxa CDI, também são investimentos interessantes. Mas, para perder dinheiro, a taxa de administração deve ficar em torno de 1%.

Outra opção é o CDB, espécie de empréstimo feito aos bancos cujos rendimentos vão de 80% a 110% da CDI e, em geral, não tem taxa de administração. Tanto fundos DI quanto CDB sofrem cobrança regressiva de Imposto de Renda e de IOF no caso de saques em até 30 dias depois da aplicação.

### **“Raras”, LCI e LCA são opções mais vantajosas**

Queridinhas de alguns investidores, as letras de crédito imobiliário (LCI) e agrícola (LCA) saem na frente das demais aplicações em renda fixa, mas estão cada vez mais raras no mercado.

As duas opções são algumas das formas de as instituições financeiras captarem recursos para injetar nos dois setores. Os rendimentos também se baseiam na CDI e têm como vantagem a isenção do Imposto de Renda.

Segundo o gerente de investimentos do Sicredi, Adilson Félix, a retração do mercado imobiliário e as novas regras de gestão das letras pelos bancos dificultaram a presença delas no cardápio de investimentos.

Félix conta que, como agora as instituições devem aplicar todo o dinheiro que entra por meio das letras nos seus respectivos segmentos, as LCIs e LCAs ficaram menos atraente para os emissores, que não podem mais realocá-las para outros tipos de crédito ao consumidor.

Segundo a consultora de investimentos da Órama Sandra Blanco, os juros altos afetaram a busca por crédito agrícola e imobiliário e, por isso, as instituições passaram a oferecer menos letras.

Como as LCIs e LCAs têm pouca liquidez – o que significa que o dinheiro só pode ser retirado em datas específicas, como daqui a 360 ou 720 dias, para mais –, elas são desinteressantes para investidores que precisarem sacar a qualquer hora. Em geral, as aplicações também exigem investimentos acima dos R\$ 5 mil.



## RENDIMENTO EM ALTA

A taxa básica de juros deverá se manter acima dos 12% até 2016, o que é bom para a renda fixa. Acompanhe a variação da Selic nos últimos anos



Fonte: Copom/Banco Central. Infografia: Gazeta do Povo.

## Paraná tem três empresas entre as melhores em gestão de pessoas

28/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Três empresas do Paraná estão entre as 35 melhores do país na área de gestão de pessoas, segundo um ranking publicado pelo *Valor*. A companhia melhor qualificada na pesquisa é a Gazin, com sede em Douradina, no Noroeste do estado – ela é a primeira colocada na categoria de 7 mil a 17 mil funcionários.

Também estão na lista o Grupo A. Yoshii, construtora com sede em Londrina (terceira na categoria de 3 mil a 7 mil funcionários) e a Electrolux, que tem sede em Curitiba (segunda no grupo de 7 mil a 17 mil funcionários).

O estudo, conduzido pela Aon, leva em consideração o engajamento e a satisfação dos funcionários. Eles preenchem um questionário com questões que permitem calcular essas variáveis e que apontam também 14 itens que influenciam o engajamento com o trabalho. A partir disso, é calculada uma nota para cada empresa.

A Gazin alcançou a nota 96, com índice de engajamento de 97% e de satisfação de 93%. Os fatores marca (98%), diversidade e inclusão (95%) e atividades diárias (95%) foram os pontos fortes da companhia na pesquisa.

A Electrolux, segunda colocada em sua categoria, teve a nota 84, com índice de engajamento de 86% e de satisfação de 76%. A marca (91%), a diversidade e inclusão (85%) e o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal (83%) foram seus melhores indicadores.

Terceira colocada em sua categoria, a A. Yoshii teve a nota 86, com engajamento de 87% e satisfação de 81%. Marca (93%), atividades diárias (90%) e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal (88%) foram seus pontos fortes.

## Brasil precisa investir R\$ 63 bi em logística no Sudeste até 2020, diz CNI

28/10/2015 – Fonte: CIMM

Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mapeou 86 obras consideradas urgentes para garantir o escoamento da produção na região Sudeste do país nos próximos cinco anos. Para que elas fiquem prontas, são necessários investimentos da ordem de R\$ 63,2 bilhões.

O valor envolve a modernização e integração do sistema logístico dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A maior parte dos projetos se refere a investimentos em ferrovias (32), seguidos de rodovias (31), portos (22) e duto (1).

A pesquisa mostra que, das 86 obras consideradas prioritárias, apenas 16 estão em andamento. Outras 70 estão em fase de projeto, planejamento ou apenas nos planos do poder público. Para a CNI, é preciso acelerar a execução dos projetos, sob pena de agravar o quadro de saturação já enfrentado por algumas empresas para escoar a produção.

Como exemplo, a entidade cita a BR-116 (Via Dutra), em São Paulo, que opera com quase duas vezes a capacidade em múltiplos trechos da rodovia, e o trajeto da BR-262 entre Bela Vista e Belo Horizonte (MG), que recebe 32% mais carga do que comporta em horários de pico.

As conclusões fazem parte do Projeto Sudeste Competitivo, elaborado pela CNI, em parceria com as federações da indústria da região. O levantamento será apresentado nesta segunda-feira (26), em Belo Horizonte (MG), e encerra uma série de trabalhos que traçam um diagnóstico da malha de transportes nacional.

### **Economia**

A entidade calcula que, uma vez concluídas, as obras consideradas prioritárias vão permitir uma economia anual para o setor produtivo de até R\$ 8,9 bilhões com o transporte de cargas. Os benefícios devem chegar a 14 cadeias produtivas, mediante redução no custo de transporte para o recebimento de insumos e para o escoamento da produção.

A fim de identificar os projetos mais urgentes, a pesquisa analisou 337 obras de ampliação e modernização de portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, hidrovias e dutos, cujo investimento total é de R\$ 219,1 bilhões até 2020. Neste caso, a CNI estima que a conclusão de todas elas poderia resultar em uma economia anual de R\$ 13,4 bilhões na despesa com transporte.

### **Mapeamento será levado ao governo**

Conforme o gerente-executivo de Infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso, os dados da pesquisa serão discutidos nos próximos dias com integrantes do governo federal. A ideia é que o mapeamento sirva de subsídio para a definição de políticas governamentais na região.

“É uma contribuição dessas entidades ao governo para que o Brasil tenha matriz logística mais competitiva. Tem muita obra do governo em andamento nesses eixos e a gente faz uma hierarquia para que as coisas sejam feitas no tempo hábil, priorizando as obras de interesse da indústria”, explicou.

Estão previstas reuniões com representantes do Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

### **Participação da iniciativa privada**

Para Cardoso, o cenário atual, de crise econômica e redução de investimentos, exige ainda mais planejamento para que as obras efetivamente saiam do papel. “Nessa hora, você tem que pensar mais no futuro, para quando sair da crise ter um planejamento bem feito”, defende.

O gerente-executivo de Infraestrutura da CNI acredita que a saída para viabilizar os investimentos passa pela maior participação da iniciativa privada nos projetos, por meio de concessões. “Lógico que agora está tudo mais difícil, mas tem demanda [para as concessões]”, pondera.

Em junho, o governo federal lançou um pacote de concessões à iniciativa privada, com foco em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos. A promessa da nova fase do Programa de Investimento em Logística (PIL) é investir R\$ 198,4 bilhões nos próximos anos, por meio das concessões.

Veja os oito eixos logísticos considerados prioritários no Sudeste:

Existentes

- BR-153 Sul: Goiás via Ourinhos (SP)
- Ferrovia ALL: Mato Grosso - Santos (SP)
- BR-050: Brasília (DF) - Santos (SP)
- BR-116 Sul-Nordeste: Via Dutra e Rio de Janeiro

Novos

- Ferrovia EF 354: Anápolis (GO) - Ipatinga (MG) - Açu/Central (RJ)
- Mineroduto Ferro: Morro do Pilar (MG) - Naque (MG) - Linhares (ES)
- Ferrovia: Grão Mogol (MG) - São Mateus (ES)
- Ferrovia MRS e Estrada de Ferro 118: Suzano (SP) - Vitória (ES)

## **Rio de Janeiro recebe R\$ 190 milhões em investimentos da GE Celma**

28/10/2015 – Fonte: CIMM

A cidade de Três Rios foi a escolhida pela GE Celma, empresa responsável pela manutenção de turbinas de aviões do mundo todo, para receber uma nova unidade de testes de motores aeronáuticos.

Nela, serão testados diversos sistemas associados ao GENx – o mais avançado motor em operação já produzido pela companhia.

A expectativa é que a etapa de construção da nova planta comece já em 2016 e, após 2020, o banco de provas seja capaz de testar entre 100 e 120 motores por ano, aumentando a capacidade de teste e viabilizando o crescimento da GE Celma na região.

Atualmente as turbinas revisadas na fábrica de Petrópolis são enviadas para os Estados Unidos ou para a Escócia, onde as condições enfrentadas pelas aeronaves durante o voo, como pouso e decolagem, são simuladas integralmente.

A escolha da localização foi pautada nos requisitos técnicos necessários à instalação de um banco de provas de grande porte e na parceria já estabelecida com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. O investimento será de R\$ 190 milhões.

"Nós temos o compromisso de manter a atratividade da economia fluminense para que o empresariado se sinta cada vez mais seguro em realizar investimentos no estado. Trabalhar em parceria é fundamental para que o Rio de Janeiro atravesse esse momento de dificuldade", destaca o governador Luiz Fernando Pezão.

"Acreditamos que a instalação dessa nova unidade irá auxiliar na competitividade da companhia, ampliando mercados e possibilitando o crescimento de Petrópolis, de Três Rios e de toda a região. A nova unidade, juntamente com as atuais oficinas e bancos de provas, possibilitará o crescimento das operações e a consolidação da posição competitiva da empresa no mercado global de aviação", ressalta Julio Talon, presidente da GE Celma.

O recém-adquirido terreno de 250 mil m<sup>2</sup> em Três Rios abrigará o novo banco de provas da companhia, que já conta com duas fábricas e um banco de provas em Petrópolis, na Região Serrana, e uma unidade de testes no Aeroporto Internacional do Galeão. O projeto marca o início de mais uma etapa do plano de expansão da GE Celma, maior exportadora

de serviços do Brasil e uma das principais unidades de revisão e manutenção de motores aeronáuticos da GE no mundo.

"Três Rios recebeu nos últimos anos empresas de pequeno, médio e grande porte, e para receber cada uma delas viabilizamos toda a infraestrutura para atendê-las de forma individual, entendendo que cada uma tem suas necessidades específicas.

A chegada da GE Celma consolida um movimento positivo, estimulando a capacitação de profissionais e gerando otimismo para as futuras gerações", explica o prefeito Vinicius Farah.

Atualmente, a GE Celma coloca em prática um plano de investimentos de US\$ 100 milhões para ampliar sua capacidade operacional, atingindo, nos próximos cinco anos, a capacidade de 500 motores aeronáuticos de grande porte revisados por ano.

## **Hirsa investe R\$ 1,8 milhão e obtém NBR ISO 17025**

28/10/2015 – Fonte: CIMM

A fornecedora de sistemas de automação e controle, Hirsa - Sistemas de Automação e Controle, dedicou um ano e meio e investiu R\$ 1,8 milhão em equipamentos, treinamento e pessoal, para obter a acreditação na NBR ISO 17025, que será obrigatória a partir de dezembro de 2015 para todos os laboratórios de medição que prestam serviços ao mercado de óleo e gás natural, tornando-se integrante agora do seletor grupo da Rede Brasileira de Calibração (RBC).

Essa acreditação atende a resolução conjunta no 1 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), publicada em 10 de junho de 2013, que estabelece o novo Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural.

"A decisão de investir tal volume de recursos – R\$ 1,8 milhão – em um cenário crítico, principalmente no mercado de óleo e gás, mostrou-se acertada, pois obtivemos creditações, de uma vez só, para cinco grandezas básicas do sistema de medição de setor: vazão, pressão, temperatura, dimensional e massa específica", comemora o presidente da Hirsa, Hiram Freitas.

"Com essa acreditação, a Hirsa se posiciona entre as empresas com melhor Capacidade de Medição e Calibração (CMC) do Brasil nas grandezas que esta acreditada. Ou seja, está qualificada para assegurar um das menores incertezas do país na medição dos equipamentos de seus clientes", complementa o executivo.

Fornecedora de equipamentos e de um pacote completo de serviços na área de medição e controle, incluindo o Sistema de Gestão Integrada de Metrologia, a Hirsa atende a diversas empresas da cadeia produtiva de óleo e gás.

"Nosso serviço de calibração garante que a medição feita pelos instrumentos de um sistema de medição do cliente tenha o mais elevado grau de certeza dentro dos padrões técnicos, normativos e legais vigentes no país. Isso significa menos perdas em todos os sentidos", explica Matheus Freitas, diretor de Operações da Hirsa. "Esta conquista representa uma nova página de sucesso na história da Hirsa", afirma.

### **Medição chega até o consumidor final**

Os sistemas de medição do setor petrolífero abrangem desde o poço produtor de óleo e gás até a saída do derivado (combustível) na bomba de gasolina, passando pelo escoamento e transporte na malha de dutos, distribuição de gás natural e entrada e saída de produtos nas refinarias.

É por meio dos instrumentos que integram esse sistema de medição, por exemplo, que se estabelece não somente a produção de um campo e de todos os ativos de uma companhia petrolífera como também os valores de royalties e participações especiais pagos à União, Estados e Municípios.

Eles também asseguram que o gás natural transportado pela malha de gasodutos esteja nas condições adequadas, dentro das normas estabelecidas pela ANP, em termos de pressão, pureza etc. Ao consumidor final, vai garantir que o volume de combustível que está abastecendo seu veículo no posto está na medida mais aproximada (99,99%) daquela apresentada na bomba.

"As petroleiras em geral contam com sistemas próprios de gestão metrológica. No entanto, o core business dessas empresas é a produção, o refino e o transporte, e não a metrologia ou a gestão metrológica", explica Matheus Freitas.

Razão pela qual a Hirsra desenvolveu um sistema de gestão integrada próprio, que atende às normas das ISOs 9.001 (qualidade), 14001 (Meio Ambiente) e a OSHA 18001 (Segurança Ocupacional e Saúde), além da ISO 10.012 (Gestão de Medição) e, agora, a ISO/IEC 17025, de acreditação dos seus laboratórios.

"A conformidade com a lei, evitando multas pesadas e a garantia da medição correta para os dois lados, o de quem vende e o de quem compra, ou de quem entrega e de quem recebe produto, são ganhos que o nosso sistema de gestão integrada oferece aos clientes", acrescenta o diretor de Operações.

"A acreditação foi uma iniciativa ousada, que demandou a inversão em recursos humanos escassos e em tecnologias para atingirmos os padrões necessários para abrangerem uma gama grande de níveis de graduação, dentro das grandezas qualificadas.

Ela se tornou possível graças esforço, dedicação e competência dos profissionais que compõe o quadro técnico e administrativo da Hirsra. Creio que somos a única empresa do Brasil a aplicar de uma vez só para cinco grandezas e conseguir a acreditação em menos de dois anos", conclui o presidente da Hirsra, Hiram Freitas.

## **Mecânica 2016: líderes de opinião do mercado ajudam a definir principais temas de interesse da indústria**

28/10/2015 – Fonte: CIMM

A integração de empresas com seus mercados de atuação está no DNA da Reed Exhibitions Alcantara Machado, que possui um portfólio de 40 feiras de negócios no Brasil, representando 27 setores da economia.

Para que esta integração aconteça de forma ainda mais efetiva e gere resultados para todos os envolvidos, a organizadora congrega os líderes de opinião de cada setor. Por isso, a 31ª Feira Internacional da Mecânica tem o apoio do Conselho Consultivo de Compradores, cuja primeira reunião de trabalho realizou-se no dia 26/10, na sede da organizadora, em São Paulo.

"As feiras são organismos vivos, que se renovam com novas ideias, tendências e, principalmente, com conteúdo relevante para desenvolvimento de projetos, parcerias e negócios. Queremos unir nossa experiência com o conhecimento desse grupo de compradores do conselho consultivo, que muito têm a contribuir com a Mecânica, referência há quase 60 anos para a indústria nacional e internacional", afirma o vice-presidente da Reed, Paulo Octávio Pereira de Almeida.

Participaram do encontro representantes das empresas Akaer, Ant Ferramentas, BCF Plásticos, Dals Equipamentos, Engemet, Fluitec, Ford Motor Company, Indústria Mecânica Borzan, Lorenzetti, Micromar, Polyhedron Automotive, Samot e ZF do Brasil.

Na avaliação desses executivos e empresários, o Brasil ainda precisa buscar o “estado da arte” da indústria de bens de capital. “A palavra de ordem atualmente é melhoria da produtividade.

As feiras aparecem como lugar para se buscar inspiração – no mesmo lugar consegue-se aprender e buscar como aplicar inovações. Nossa missão como organizadores de feiras é aproximar, por meio do Live Marketing, as empresas vendedoras com os compradores qualificados do setor industrial de todo o Brasil, trazendo as novidades e lançamentos do setor, além de criar um networking com especialistas da indústria”, diz Paulo Octávio.

Entre as novas atrações gratuitas para os visitantes estão: o programa Lançamentos em Destaque, que proporcionará o acesso a todos os lançamentos dos expositores de forma mais fácil e interativa; grade de conteúdos sobre temas da atualidade, como a Indústria 4.0, com apoio da Harvard Business Review; Inovações em Soldagem apresentadas pela ABS; e Impressão 3D e Manufatura sem Papel, em conjunto com a SKA. O tema Eficiência Energética será explorado pela CNI – Confederação Nacional das Indústrias.

Para ter acesso às informações e à programação de eventos simultâneos da Mecânica 2016, a Reed oferece vários canais de divulgação, entre eles o [site oficial](#) da feira, o APP mobile, que permite a consulta de expositores e produtos, a fan page no Facebook e o Informativo Industrial, com dados de mercado e da Feira.

A Mecânica 2016 acontece de 17 a 21 de maio de 2016 em São Paulo, e ocupará 85 mil m<sup>2</sup>, área máxima do Pavilhão de Exposições do Anhembi. A feira já tem a presença confirmada de 380 empresas expositoras, que representam hoje aproximadamente 1.100 marcas de todos os setores envolvidos no processo de manufatura industrial.

A Mecânica 2016 espera receber 90 mil compradores, público qualificado que vem prestigiando o evento nos últimos 57 anos. Em sua última edição, em 2014, a feira obteve 98% de satisfação de visitantes e expositores, com base em uma pesquisa aplicada durante a feira.

No ano passado, as feiras da Reed no Brasil geraram mais de R\$ 3 bilhões em resultados de negócios para expositores e totalizaram mais de 1,2 milhões de visitantes, causando impacto positivo na economia de São Paulo.

## **Serviço**

[31ª Feira Internacional da Mecânica](#)

Data: 17 a 21 de maio de 2016

Local: Pavilhão de Exposições do Anhembi

Av. Olavo Fontoura, 1.209 – Santana – São Paulo – SP – Brasil

## **WEG tem lucro maior no 3o tri com expansão no mercado externo**

28/10/2015 – Fonte: Reuters

A fabricante de motores elétricos e tintas industriais WEG teve alta de 2,6 por cento no lucro líquido do terceiro trimestre, apoiada em forte expansão de receitas no mercado externo, mas pressionada por efeitos de variação cambial sobre a dívida, que teve forte alta no período.

A companhia teve lucro líquido de 265,4 milhões de reais no período, ante 258,6 milhões de reais no mesmo período do ano passado. Na comparação com o segundo trimestre, o resultado foi 1,7 por cento mais alto.

A geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) foi de 395 milhões de reais, um incremento de 12,7 por cento sobre o obtido um ano antes.

A empresa teve crescimento de 23,9 por cento na receita líquida do terceiro trimestre sobre o mesmo período do ano passado, para 2,55 bilhões de reais.

O mercado externo foi responsável por 1,459 bilhão de reais desse total, uma expansão anual de 37,4 por cento. Em moedas locais, a receita das vendas externas subiu 7,4 por cento no período, segundo o balanço.

Já no mercado interno, a receita somou 1,087 bilhão de reais, crescimento de 9,4 por cento sobre um ano antes.

A companhia encerrou setembro com dívida líquida de 465,48 milhões de reais ante 19,5 milhões no final do terceiro trimestre do ano passado. Os recursos disponíveis somavam 4,63 bilhões de reais, um crescimento em relação aos 3,45 bilhões do mesmo período de 2014.

### **Confiança da indústria sobe em outubro após atingir mínima histórica**

28/10/2015 – Fonte: Reuters

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) interrompeu série de duas quedas seguidas e mostrou ligeira recuperação depois de registrar mínima histórica ao subir 2,3 por cento em outubro. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta segunda-feira que o ICI atingiu 67,5 pontos, contra 66,0 pontos em setembro, quando havia renovado a mínima histórica.

O resultado se deu por conta da melhora nas expectativas. A FGV informou que o Índice de Expectativas (IE) avançou 8,9 por cento, a 69,7 pontos, após atingir nível mínimo histórico de 64,0 pontos no mês anterior.

"A alta do Índice de Expectativas é um resultado favorável, mas que deve ser interpretado como uma sinalização de atenuação, no quarto trimestre, dos números negativos que vêm retratando a evolução da produção e do emprego do setor desde o início do ano", avaliou o superintendente-adjunto para ciclos econômicos da FGV/IBRE, Aloisio Campelo Jr.

Por sua vez, o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 4,0 por cento em outubro, a 65,2 pontos, atingindo a mínima da série. Já o Nível de Utilização da Capacidade Instalada chegou a 76,7 por cento, alta de 0,2 ponto percentual sobre o mês anterior.

Em meio à recessão e crise política no país, que abalam a confiança de forma generalizada, a produção industrial registrou forte queda em investimentos produtivos em agosto, caindo 1,2 por cento sobre o mês anterior.

### **Câmbio ajuda mineradoras a seguir crescendo, apesar dos preços em queda**

28/10/2015 – Fonte: The Wall Street Journal

Mesmo com o colapso dos preços das commodities, a gigante da mineração brasileira Vale SA está montando uma operação de minério de ferro de US\$ 16 bilhões que ela apresenta como "o maior projeto da nossa história e da mineração internacional".

Como isso é possível? Porque os custos também estão despencando.

Da América do Sul à Austrália, as moedas desvalorizadas em países ricos em recursos minerais estão ajudando as mineradoras a manter suas operações funcionando — e



contribuindo para um excesso de produção que tem saturado os mercados e derrubado os preços.

O custo de produzir muitas commodities está "caindo como uma pedra", diz o diretor de pesquisa de commodities do Goldman Sachs, Jeff Currie, que o define como um círculo de "feedback negativo". A dinâmica ajuda a explicar porque a explosão das commodities pode ter uma duração tão longa.

A esperança de recuperação dos mercados se baseia na perspectiva de que os produtores vão acabar descapitalizados ou cansados de acumular perdas e, então, devem começar a desativar suas instalações, equilibrando novamente a oferta com a baixa demanda.

Para as principais mineradoras do mundo, que operam em várias regiões, a desvalorização das moedas tem reduzido os efeitos negativos dos preços mais baixos das commodities. Ao longo do último ano, o dólar subiu 59% em relação ao real, 22% contra o rand sul-africano, 21% ante o dólar australiano e 17% sobre o dólar canadense.

Matérias-primas como ouro, minério de ferro e carvão são normalmente precificadas na moeda americana. Mas as empresas pagam salários, energia elétrica e muitas outras despesas em moedas locais.

Com a forte desvalorização do real, a Vale caminha para se tornar a produtora de minério de ferro com menor custo do mundo, afirmou no mês passado o Credit Suisse.

Incluindo despesas como frete e royalties, a Vale, que divulgou seu resultado do terceiro trimestre ontem, informou que conseguiu vender minério de ferro na China, seu principal mercado, a um custo total de US\$ 34,20 a tonelada entre julho e setembro, abaixo do valor de US\$ 58,50 de um ano antes.

Isso mais do que compensou a queda nos preços. A Vale vendeu minério de ferro a uma média de US\$ 46,48 a tonelada no terceiro trimestre, em comparação com os US\$ 68,02 obtidos no mesmo período do ano passado.

Na segunda-feira, a Vale informou que extraiu 88,2 milhões de toneladas de minério de ferro no período, sua maior produção trimestral já registrada. Com 75% dos seus gastos de capital em real, a Vale tem poucos motivos para diminuir os gastos em projetos que, segundo os executivos da empresa, vão tornar suas minas mais competitivas.

Analistas dizem que o real mais fraco deve ajudar a Vale a concorrer com rivais como a Rio Tinto PLC e a BHP Billiton PLC, que geograficamente estão mais próximas à China.

"A Vale certamente tem se beneficiado tremendamente da desvalorização da moeda", diz Nev Power, diretor-presidente da mineradora australiana Fortescue Metals Group Ltd., a quarta maior exportadora de minério de ferro do mundo, depois da Vale, Rio Tinto e BHP.

Os custos também estão caindo para esses concorrentes. O diretor de tecnologia e inovação da Rio Tinto, Greg Lilleyman, diz que as mudanças no câmbio no Canadá e na Austrália podem ajudar a empresa a economizar um pouco mais de US\$ 300 milhões este ano em investimentos do grupo. De acordo com a BHP Billiton, a moeda mais fraca da Austrália ajudou a reduzir os custos de produção em quase um terço nas suas operações de minério de ferro no país.

A Atlas Iron Ltd. informou, no início do ano, que iria interromper as operações das três minas que opera na região australiana de Pilbara, rica em minério de ferro. Mas a paralisação foi breve. A queda do dólar australiano reduziu a pressão sobre a mineradora enquanto ela negociava com os prestadores de serviço para cortar despesas.

Apesar dos cortes de produção feitos pelas mineradoras com custos mais altos, Andreas Bokkenheuser, analista do setor de mineração do UBS, estima que o mercado de minério de ferro terá um excesso de oferta de 150 milhões de toneladas até 2018, já que produtores como a Vale e a Anglo American PLC devem elevar a produção de grandes projetos.

A mina Roy Hill, da magnata australiana do setor Gina Rinehart, prevista para entrar em operação este mês, vai adicionar ao mercado 55 milhões de toneladas de minério de ferro por ano até o fim de 2016. Isso deve contribuir para empurrar o preço da tonelada para menos de US\$ 40 no início do próximo ano, de acordo com previsão do Citigroup Global Markets, pressionando ainda mais as margens das empresas.

A produção de minério de ferro da Austrália aumentou 14% no primeiro semestre, segundo estimativas do governo.

As moedas mais fracas também estão ajudando a manter em operação as minas de carvão, apesar do excesso do produto no mercado global ter derrubado os preços em aproximadamente 80% nos últimos anos.

A produção de carvão na Austrália subiu 6% de janeiro a junho, pelos dados do governo. A Wood Mackenzie estima que a média do custo australiano de produção de carvão recuou 30% desde 2013. A consultoria atribui mais da metade dessa queda à desvalorização da moeda.

“Os preços do carvão não diminuíram muito nos países exportadores” quando calculados nas moedas locais”, diz Thomas Pugh, economista da Capital Economics, em uma nota. “Isso tem permitido que os produtores desses países mantenham a oferta e até a elevem em alguns casos.”

O efeito é sentido também em outros produtos. A mina de ouro sul-africana Gold Fields Ltd., que mantém operações na África do Sul, Gana, Peru e Austrália, informou que os custos de caixa caíram 3,1% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, para US\$ 1.059 por onça. “O câmbio nos ajudou”, diz o diretor financeiro, Paul Schmidt.

## **Governo corta recursos do Finame-PSI**

28/10/2015 – Fonte: Automotive Business



O mais importante programa de financiamento para compra de veículos comerciais, responsável por viabilizar de 70% a 80% das vendas do segmento no País, o Finame-PSI sofreu novo golpe na sexta-feira, 23, quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que reduz em R\$ 30,5 bilhões os recursos destinados à linha de crédito do BNDES, que caiu de R\$ 50 bilhões para R\$ 19,5 bilhões, considerando todas as operações.

Para o caso específico de caminhões e ônibus novos, a fatia voltada a grandes empresas teve o limite reduzido de R\$ 8 bilhões para 1,8 bilhão; para micro, pequenas e médias empresas o valor caiu de R\$ 8,8 bilhões para R\$ 5 bilhões; e o Procaminhoneiro,

destinado a autônomos, foi cortado de R\$ 1,4 bilhão para apenas R\$ 151 milhões.

Ao mesmo tempo, na prática o CMN também encerra o PSI mais cedo este ano: o programa continua valendo até o fim de dezembro, mas só serão aprovados os contratos daqueles que entrarem com o pedido de empréstimo até o próximo 31 de outubro.

Em comunicado, o Ministério da Fazenda justificou a medida devido à baixa procura pela linha, que até setembro passado somou apenas R\$ 6,8 bilhões, considerando todas as modalidades do PSI, que também contempla a aquisição de máquinas industriais, entre outros bens de capital.

Como os recursos do PSI vêm do Tesouro Nacional, o governo decidiu usar a sobra do dinheiro e encerrar o programa mais cedo para cobrir o rombo fiscal, conforme já confirmou em evento na terça-feira, 27, o ministro Joaquim Levy.

O tombo na procura pelo PSI para compra de caminhões e ônibus já era esperado desde o início de 2015, quando o governo reduziu bastante a atratividade da linha, aumentando a taxa de juros do programa de 6% ao ano para 10% (grandes empresas), 9.5% (pequenas e médias) e 9% (Procaminhoneiro), além de reduzir a parcela financiável, que era de 100% do valor do bem, para apenas 50% no caso de corporações de grande e 70% para as de pequeno e médio portes.

O prazo máximo de 120 meses caiu para 72 meses (seis anos), com seis meses de carência para iniciar os pagamentos. A partir de março, as montadoras fizeram uma composição, oferecendo parte do financiamento pelo PSI e outra pelo Finame-TJLP, que tem taxas variáveis.

A linha continuou a ser a mais barata do mercado, mas a retração da economia, aliada ao grande volume de antecipação de compras em 2014 para aproveitar as condições de financiamento mais favoráveis, acabou por reduzir muito a procura pelo PSI este ano.

Com problemas de caixa, tudo indica que o governo deve acabar de vez com o programa nos moldes atuais, passando a oferecer só o Finame-TJLP a partir de 2016.

## **Carros elétricos ficam mais baratos com retirada de imposto de importação**

28/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A Camex (Câmara de Comércio Exterior) aprovou uma resolução nesta terça-feira (27) zerando a alíquota do imposto de importação para carros elétricos. O percentual anterior pago pelos importadores desses veículos era de 35%.

A medida é um incentivo fiscal dado pelo governo ao segmento de veículos menos poluentes. Segundo a Camex, a decisão foi tomada após debates e visa permitir que consumidores possam ter mais acesso a esse tipo de carro, além de permitir que o país tenha maior contato com a tecnologia.

“Tais medidas estão alinhadas à política de fomento para novas tecnologias de propulsão e atração de novos investimentos para produção nacional desses veículos”, disse em nota

a Camex, que é formada pelos ministros da Indústria e Comércio Exterior, Casa Civil, Fazenda, Relações Exteriores, Planejamento, Agricultura, Desenvolvimento Agrário.

O órgão também decidiu ampliar a resolução e incentivar algumas categorias de veículos híbridos com tecnologia de recarga externa e capacidade para até seis ocupantes. Hoje a carga tributária de importação desses carros é de 35%. Com a resolução, os veículos terão imposto variando entre zero e 7%.

Nesses casos, o que vai determinar a carga tributária será a descrição do destaque-tarifário, além da eficiência energética do carro e a agregação de valor no país.

## **Funcionários da Caixa encerram greve nesta terça-feira (27)**

28/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Os bancários da Caixa Econômica Federal (CEF) seguiram a recomendação do Comando Nacional e interromperam nesta terça-feira, 27, a greve nas agências de Curitiba e Região.

A instituição, que ficou parada por 22 dias, foi a única a manter a paralisação, depois de a categoria votar a favor do fim do movimento grevista em assembleia na noite de segunda-feira, 26.

Com isso, as atividades na Caixa deverão voltar a partir da manhã de quarta-feira, 28. A decisão dos servidores ocorreu em um encontro por volta das 18 horas de terça.

### **Proposta**

Com a decisão, os trabalhadores associados à Federação dos Bancários do Paraná ligada à CUT (Fetec-PR-CUT), que representa 80% da categoria no estado, aceitaram a proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) de um reajuste de 10% nos salários, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e no piso salarial, além de 14% nos vales alimentação e refeição e abono de parcial das faltas.

Descontada a inflação no acumulado dos últimos 12 meses – tendo como base o INPC –, o índice representa um aumento real de 0,11%.

### **Negociação**

Desde o dia 25 de setembro, os bancos haviam apresentado três propostas.

A primeira previa reajuste de 5,5%, com abono de R\$ 2,5 mil, que não seria incorporado ao salário. Na segunda oferta, feita no dia 20, apresentaram correção de 7,5% aos salários, sem abono. Na última quarta-feira (21), foi proposto reajuste de 8,75%, também sem abono.

Com o reajuste aprovado, a categoria acumula ganho real de 20,83% nos salários e 42,3% nos pisos salariais entre 2004 e 2014. Ano passado, foram 2,02% acima da inflação.

## **Bosch cria sistema que acha vagas de estacionamento**

28/10/2015 – Fonte: Automotive Business

A Bosch anuncia a criação de um sistema de gerenciamento de vagas de estacionamento capaz de reconhecer os espaços livres em áreas urbanas e indicar sua localização exata para o motorista. O sistema compreende em um sensor com três centímetros de altura e cuja circunferência é equivalente à de um CD que pode ser instalado em garagens, em áreas de estacionamento disponíveis na rua ou até mesmo no asfalto.

Os sensores operam sem fio e com baterias com vida útil de até sete anos. Segundo a empresa, o compartimento em plástico robusto suporta qualquer condição climática, além do desgaste causado por veículos pesados.

Dentro do compartimento, há duas tecnologias diferentes de sensor que confirmam as informações coletadas, conferindo confiabilidade na detecção dos espaços. O sensor de ocupação verifica, em intervalos regulares, se uma vaga está disponível.

Usando um gateway, que é similar a um roteador de internet, o sensor se baseia nas informações codificadas, onde um mapa de estacionamento é criado em tempo real com todos os espaços livres e ocupados e poderá ser acessado por meio de um aplicativo em smartphones ou online.

“Estamos livrando os motoristas da busca por uma vaga para estacionar seus veículos, que é frequentemente incômoda”, diz o Dirk Hoheisel, membro da direção executiva da Robert Bosch na Alemanha. “Estamos fazendo com que as vagas sejam habilitadas pela web”, acrescenta.

As meta-informações sobre cada vaga de estacionamento também serão disponíveis, informando se o espaço é reservado para famílias, mulheres ou deficientes, além do preço por hora do estacionamento e se há ponto para carregamento de veículos elétricos. Outros serviços também são possíveis, como a função para pagamento por meio de aplicativo em smartphones.

O serviço pode ser destinado também a manobristas. Para isto há uma avaliação inteligente de dados: um portal na internet oferece aos manobristas uma visualização de quais vagas foram ocupadas por quantos veículos e quando.

Durante os horários de pico, essas informações podem direcionar os motoristas para espaços com uma frequência de ocupação menor, por exemplo. “Podemos melhorar ainda mais a taxa de ocupação de espaços nas garagens”, diz Hoheisel.

Os componentes do gerenciamento de estacionamento ativo, que incluem sensores de ocupação, gateway e o mapa de vagas em tempo real também abrem caminho para a função de estacionamento totalmente automatizado no futuro, quando os motoristas deixarão seus veículos autônomos na entrada de uma garagem e, usando o smartphone, darão um comando ao carro para que procure uma vaga de estacionamento sozinho. O veículo será chamado de volta usando o mesmo procedimento.

## **Honda confirma VTEC Turbo 1.5 no Civic**

28/10/2015 – Fonte: Automotive Business



A Honda trará seu motor VTEC Turbo para o Brasil. O primeiro carro a usá-lo será o Civic em sua próxima geração, que começa a ser montada em 2016. O modelo brasileiro receberá a versão 1.5 do VTEC turbinado.

A versão a gasolina para o Civic norte-americano produz 174 cavalos. A montadora ainda não revela a potência da versão VTEC Turbo 1.5 flex. A nova linha VTEC Turbo utiliza injeção direta de combustível e foi lançada no Japão no fim de 2013.

Esta será a primeira vez que o sedã nacional receberá um propulsor com menor cilindrada e mais potente que o antecessor. Os Civic atuais, 1.8 e 2.0 aspirados, têm 140 e 155 cv, respectivamente (valores obtidos com etanol).

Os novos motores VTEC Turbo 2.0, 1.5 e 1.0 foram projetados para equipar automóveis de pequeno e médio portes e fazem parte de uma nova geração de powertrain que alia bom desempenho a economia de combustível.

Com a utilização do sistema VTEC (que controla eletronicamente a sincronização e abertura das válvulas), do turbocompressor e da injeção direta foi possível obter motores bastante compactos.

As variações de cilindrada (2.0, 1.5 e 1.0) permitem que os motores sejam adotados em modelos fabricados ou vendidos em diferentes mercados. Segundo a Honda, os VTEC Turbo resultam em economia de combustível entre 5% e 10% na comparação com os motores aspirados equivalentes.

O 2.0 VTEC Turbo tem quatro cilindros, sistema de arrefecimento de alto desempenho e atinge 280 cv. O bloco 1.5 do Civic também utiliza quatro cilindros. No 1.0 são três.

## **HSBC suspenderá serviço de transferência global no Brasil a partir do fim de novembro**

28/10/2015 – Fonte: Reuters

A unidade do banco britânico HSBC no Brasil, que foi vendida ao Bradesco em agosto, avisou seus clientes no país que suspenderá a partir de 24 de novembro os serviços de transferência de recursos Global View e Global Transfer.

Em comunicado obtido pela Reuters, o banco instrui seus clientes como proceder para realizar transferências de valores a partir dessa data.

Remessas do exterior com valor até 3 mil dólares serão convertidas e creditadas automaticamente na conta no Brasil. Para valores acima desse nível, os correntistas devem procurar um serviço de teleatendimento.

O serviço global de transferências era considerado uma vitrine para clientes do banco que faziam transferências internacionais, como as de pais para filhos em intercâmbio no exterior. Brasileiros correntistas do HSBC Brasil vinham mostrando preocupação com a continuidade da oferta do serviço Global Transfer desde o anúncio da venda do banco.

Simultaneamente, os clientes de alta renda, um dos filões mais cobiçados do HSBC, têm sido alvos de sondagem intensa de bancos como Santander Brasil e Citi, que se dizem os únicos bancos globais no país.

Consultado na época pela Reuters, o Bradesco afirmou que o serviço Global Transfer seria mantido. Procurado nesta terça-feira, o Bradesco não se manifestou de imediato sobre o assunto.

## **GM faz recall de 1,3 mi modelos antigos por perigo de incêndio**

28/10/2015 – Fonte: Reuters

A General Motors disse que está fazendo um recall de cerca de 1,3 milhão de automóveis de modelos mais antigos nos Estados Unidos para consertar vazamentos de óleo podem representar perigo de incêndio. A GM disse que gotas de óleo podem se depositar no coletor do escapamento quente através de freamas bruscas, o que pode causar fogo no compartimento do motor.



O recall afeta alguns modelos de 1997 a 2004, disse a GM, adicionando que estava ciente de casos de incêndio pós-reparo em alguns veículos, mas nenhum acidente ou morte.

A empresa disse que 19 pequenos ferimentos relacionados ao vazamento de óleo foram relatados nos últimos seis anos. A GM disse que há relatos de 1.345 incêndios em veículos que passaram por reparos em dois recalls anteriores pelo mesmo motivo.

Os modelos afetados são o Pontiac Grand Prix de 1997 a 2004, o Chevrolet Impala de 2000 a 2004, Chevrolet Lumina de 1998 a 1999, Chevrolet Monte Carlo de 1998 a 2004, Oldsmobile Intrigue de 1998 a 1999 e Buick Regal de 1997 a 2004

## Utilização de créditos de PIS e COFINS por empresas de comércio e indústria

28/10/2015 – Fonte: Contábeis.com

As empresas antes da decisão de repercussão geral do Recurso Extraordinário 559.937/RS que obrigou a Receita Federal em todo o País a mudar entendimento sobre o cálculo de quanto o contribuinte vai pagar de PIS e COFINS.

Empresas de comércio e indústria podem utilizar créditos de PIS e COFINS, o STF obriga a Receita Federal está a mudar entendimento da lei e vincular por Portaria e Repercussão Geral que se deve excluir o ICMS da base de cálculo.

As empresas antes da decisão de repercussão geral do Recurso Extraordinário 559.937/RS que obrigou a Receita Federal em todo o País a mudar entendimento sobre o cálculo de quanto o contribuinte vai pagar de PIS e COFINS.

A sistemática de repercussão geral prevista no artigo 543-B do Código de Processo Civil alegado no RExt mencionado, tornou obrigação da Receita Federal do Brasil a excluir o ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS reduzindo assim o custo tributário das empresas enquadradas no lucro real e no lucro presumido.

Como exemplo vamos simular um cálculo para empresa que fatura por mês R\$ 500.000,00, e até o momento aplicaria em cada caso:

INCIDÊNCIA CUMULATIVA	INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA
PIS = Alíquota de 0,65 %	PIS = Alíquota de 1,65 %
COFINS = Alíquota de 3%	COFINS = Alíquota de 7,6%
Não poderá utilizar créditos	Permitida a utilização de créditos
Aplica-se a pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido ou arbitrado. Não se aplica a pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, exceto nos casos específicos previsto em lei.	Só se aplica à pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real. Porém, nem todas as empresas tributadas pelo lucro real estão sujeitas ao regime não-cumulativo.
Se a empresa fatura R\$ 500.000,00 x 3,65% = R\$ 18.250,00 por mês. Se excluir o ICMS base de 18% que já está embutido no faturamento, a base de cálculo do tributo ser reduzida em 18%, ou seja, será de R\$ 410.000,00 x 3,65% = R\$ 14.960,00. Terá uma economia mensal de R\$ 3.290,00, uma economia anual de R\$ 39.480,00, pode retroagir até 05 anos e recuperar R\$ 197.400,00 mais juros e correção monetária.	Se a empresa tem uma venda R\$ 500.000,00 acima dos seus custos de insumos x 9,25% = R\$ 46.250,00 por mês. Se excluir o ICMS base de 18% que já está embutido no faturamento, a base de cálculo do tributo ser reduzida em 18%, ou seja, será de R\$ 410.000,00 x 9,25% = R\$ 37.925,00. Terá uma economia mensal de R\$ 8.325,00, uma economia anual de R\$ 99.900,00, pode retroagir até 05 anos e recuperar R\$ 499.500,00 mais juros e correção monetária.

É recomendável fazer apuração apropriada e consultar um profissional experiente para que tudo seja feito dentro dos moldes legais. Este precedente confirma a base legal dando segurança para as empresas utilizarem seus créditos tributários e reduzir seus custos mensais com impostos, concedendo-lhes mais competitividade na formação de preço e na manutenção de seus negócios.



## **Volkswagen sofre 1o prejuízo trimestral em pelo menos 15 anos**

28/10/2015 – Fonte: R7

A Volkswagen divulgou nesta quarta-feira o primeiro prejuízo trimestral em pelo menos 15 anos, impactada pelos custos relacionados ao escândalo de fraude em testes de emissões de poluentes de motores a diesel. A empresa ainda reduziu a previsão de lucro para o ano.

O grupo alemão teve prejuízo operacional de terceiro trimestre de 3,48 bilhões de euros, em linha com expectativa de 3,47 bilhões obtida pela Reuters junto analistas.

A Volkswagen reservou 6,7 bilhões de euros no trimestre para cobrir custos relacionados à fraude que envolveu 11 milhões de carros da marca no mundo, ligeira alta ante os 6,5 bilhões anunciados na semana em que o escândalo se tornou público, em 18 de setembro.

Como resultado, a companhia espera que o lucro operacional do ano fique "significativamente abaixo" do recorde atingido em 2014, de 12,7 bilhões de euros.

Excluindo os custos da fraude, a montadora ainda espera ter margem de lucro operacional de entre 5,5 e 6,5 por cento este ano, depois de 6,3 por cento em 2014.

A Volkswagen planeja cortar os investimentos em 1 bilhão de euros por ano em sua principal divisão, responsável por 5 milhões de carros que serão alvo de recall. A divisão de luxo Audi, fonte de cerca de 40 por cento do lucro do grupo, também planeja cortes nos investimentos.

A companhia confirmou que o prejuízo divulgado nesta quarta-feira é o primeiro resultado trimestral negativo em pelo menos 15 anos, mas por causa de mudanças contábeis, a empresa não pode precisar quando o último prejuízo ocorreu.

As vendas do grupo, que também incluem a marca Porsche, caíram 1,5 por cento em setembro, para 885.300 carros e recuaram 3,4 por cento no terceiro trimestre, para 2,39 milhões de unidades.

Com isso a montadora alemã ficou atrás da japonesa Toyota na liderança das vendas mundiais nos acumulado dos nove primeiros meses deste ano após ter assumido a primeira posição três meses antes.

## **Desoneração ou majoração?**

28/10/2015 – Fonte: Contábeis.com

Visando incentivar determinados setores da economia brasileira, o governo federal editou a lei 12.546/2011, criando uma forma alternativa de recolhimento das contribuições previdenciárias (sobre a receita bruta).

Na ocasião e até novembro 2015, a lei estipulava alíquotas de 2,0% e 1% sobre o valor da receita bruta. Em agosto deste ano, a lei 13.161 implementou alterações importantes com vigência a partir de dezembro deste ano. A mais importante é a majoração das alíquotas aplicáveis.

Algumas empresas de serviços que deveriam contribuir com base em uma alíquota de 2%, passarão a contribuir entre 3% e 4,5%, dependendo da atividade. Já fabricantes de produtos pagarão de 1%, 1,5% ou 2,5%, dependendo da atividade, contra 1% fixo anteriormente.

Outra mudança significativa foi a facultatividade, pois a partir da vigência da nova lei a forma de recolhimento será optativa, podendo a empresa escolher, anualmente, a partir do primeiro recolhimento, que forma pretende adotar.

Essas alterações trazem também argumentos para antigas discussões sobre o tema, como a possibilidade de facultatividade antes da alteração da lei e a exclusão de certas receitas da base de cálculo utilizada.

Além disso, a majoração das alíquotas pode ser interpretada como um possível desvio de finalidade da norma, pois a exposição de motivos da criação da primeira lei trazia claramente o conceito de que a finalidade era impulsionar a contratação de empregados via CLT no objetivo de diminuir a informalidade no mercado laboral, bem como proporcionar a criação de novos postos de trabalho.

Com a majoração da alíquota, é possível que os resultados das companhias que adotaram os procedimentos, venham a ser seriamente afetados, considerando que a vantagem econômica não será mais a mesma, propiciando a eventual propositura de ações judiciais sobre o tema.

### **Novo regime especial é a opção para micro e pequenas saírem da crise**

28/10/2015 – Fonte: Contábeis.com

Sessão no Senado aponta que a crise atinge os negócios menores, que ainda mantêm um saldo positivo de 104 mil vagas criadas neste ano contra perda de 708 mil na média e grande empresa.

A capacidade de geração de empregos por parte das micro e pequenas empresas está ameaçada pela crise econômica, com o registro negativo de 26 mil vagas em setembro, e exige a aprovação ainda este ano do novo Supersimples para estimular o planejamento dos negócios.

Manifestações a favor do projeto do novo Supersimples dominaram ontem os debates em sessão temática realizada no plenário do Senado para debater a proposta. Relatora da matéria, a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), esperar concluir a votação até a primeira de dezembro para ser novamente votada na Câmara.

O projeto aumenta em até 300% os tetos de receita anual para adesão ao Supersimples, regime simplificado e reduzido de tributação para as micro e pequenas empresas.

Em 2016, o teto do Microempreendedor Individual (MEI) passa de R\$ 60 mil para R\$ 72 mil. Em 2017, o teto para as micro e pequenas passa de R\$ 3,6 milhões para R\$ 7,2 milhões. Em 2018, o teto do setor industrial salta para R\$ 14,4 milhões.

"Temos que andar rapidamente com este oxigênio", defendeu o ex-ministro da Micro e Pequena Empresa Guilherme Afif Domingos, ao citar se referir ao fato de que, em setembro, o segmento registrou saldo negativo de 26 mil vagas entre demissões e contratações.

"As médias e as grandes empresas estão com uma perda [em 2015], hoje atualizada, de quase 708 mil vagas, e as pequenas empresas ainda estão mantendo um positivo de 104 mil vagas", comparou.

O ex-ministro declarou ao DCI que é importante aprovar o projeto ainda neste para servir de orientação aos investimentos das empresas e ainda porque alguns itens já entram em vigor em 2016.

São previstas também a adesão das empresas do Supersimples ao parcelamento de débitos fiscais em até 15 anos pelo Refis e a criação da Empresa Simples de Crédito, que permite o uso de capital próprio para empréstimos.

Na mesma linha, o gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick, defendeu a aprovação da matéria, já aprovada em setembro pela Câmara dos Deputados, mesmo que o segmento ainda apresente um saldo positivo na geração de empregos.

"No último mês, houve um resultado negativo em 26 mil postos de trabalho. Podemos dizer que a pequena empresa brasileira precisa de ajuda. E, por isso, esse projeto é necessário e muito bem-vindo" defendeu.

### Maiores do mundo

A única manifestação contrária ao projeto partiu do coordenador do Comitê Gestor do Supersimples, Silas Santiago, do Ministério da Fazenda. "Hoje nós temos o maior limite [R\$ 3,6 milhões] para micro e pequena empresa no mundo inteiro", afirmou.

Santiago também criticou a ampliação do teto por envolver receitas não podem ser de micro e pequena empresa.

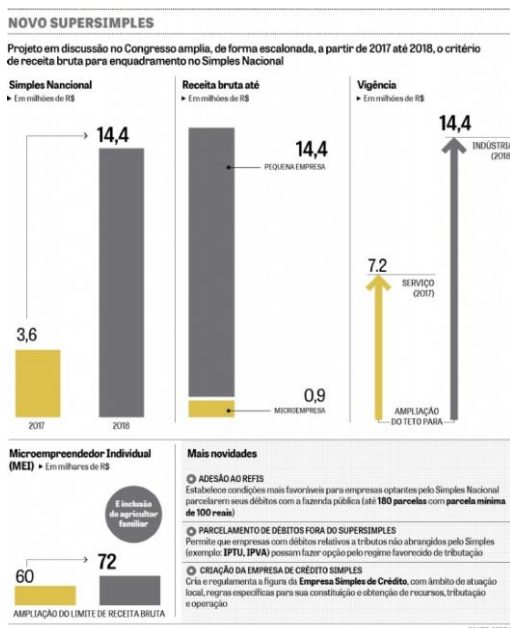
Citou que, se for exportadora, uma indústria poderá ter receita de até R\$ 28,8 milhões para obter benefícios fiscais nas remessas ao exterior.

"Isso não é pequena empresa em nenhum lugar do mundo. Já não é com R\$ 3,6 milhões. Com esse valor, ficaria inviável", comparou.

Suas declarações foram criticadas por todos os demais palestrantes. Afif citou, por exemplo, que eventual perda de receita será compensada com o aumento da arrecadação do Supersimples, expressiva desde o começo de sua vigência em 2007.

### De volta à Câmara

Apesar dos apelos, a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), ponderou que o projeto terá que retornar à Câmara devido a modificações no texto aprovado pelos deputados e ainda por supostos erros na entrada em vigor, em 2016, das novas tabelas de alíquotas do Supersimples.



## PIB só volta ao nível de 2013 no fim de 2019, diz economista

28/10/2015 – Fonte: R7



A recessão brasileira vai ser tão intensa nos próximos anos que o tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) do país só vai voltar ao patamar de 2013 em setembro de 2019. O cálculo é do economista da NeoValue Investimentos Alexandre Cabral. De acordo com ele, o tamanho da economia brasileira em 2013 era de R\$ 5,513 trilhões, valor que só será alcançado em setembro de 2019.

Cabral usa como base as projeções do relatório Focus, do Banco Central, para fazer a sua projeção. Segundo o boletim, os analistas esperam uma recessão de 3,02% para este ano, e de 1,43% em 2016. Com esses resultados negativos, o PIB brasileiro deverá chegar ao fundo do poço no ano que vem, quando vai valer R\$ 5,277 trilhões.

O crescimento, na avaliação dos analistas consultados pelo Focus, só virá a partir de 2017, quando o PIB deverá subir 1%. Para 2018 e 2019, os economistas esperam um avanço de 2%. Em agosto, a previsão era que a economia iria voltar ao patamar de 2013 em maio de 2018.

Com o acirramento da crise política, porém, houve uma forte piora nas projeções para o crescimento - no fim de julho, por exemplo, a expectativa para o PIB de 2015 era de uma recessão de 1,80%, e de um ligeiro crescimento de 0,2% no ano que vem.

Nas últimas semanas, o governo sofreu duras derrotas políticas tanto no Tribunal das Contas da União (TCU) como no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que podem comprometer a continuidade do mandato da presidente Dilma Rousseff.

Embora tenha feito uma reforma ministerial e aumentado a presença do PMDB na administração federal, o governo também continua sem conseguir unificar a sua base de apoio no Congresso Nacional. Como consequência, as medidas de ajuste fiscal estão paradas.

A equipe econômica já propôs a recriação da CPMF para fechar o rombo do Orçamento de 2016, mas não encontra apoio político para levar adiante a proposta. "O governo está lutando com o Congresso há semanas. O que mudou no Congresso nas últimas semanas? Nada. E isso está assustando o mercado.

Os investimentos estão parados porque não se sabe o que vai acontecer", afirma Cabral. As projeções econômicas também pioraram depois da decisão da agência de classificação de risco Standard & Poors de retirar o grau de investimento da economia brasileira em setembro.

"Se as medidas não forem aprovadas pelo Congresso, tudo isso vai virar uma bola de neve gigantesca", diz Cabral. O levantamento também contemplou o tamanho do PIB brasileiro medido em dólar. Nas contas do economista, por causa da forte desvalorização

do real, o tamanho da economia do país será de US\$ 1,368 trilhão em 2019 ante US\$ 2,387 trilhões em 2013.

## **Desvalorização do real puxou inflação dos industrializados em setembro, diz IBGE**

28/10/2015 – Fonte: Época Negócios



A desvalorização do real ante o dólar em setembro foi o principal motivo para a alta da inflação dos produtos na saída das fábricas, medida pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP), que chegou a 3,03% no mês. Segundo dados do Banco Central, o dólar chegou a R\$ 4,19 no dia 24 de setembro, ou seja, 15% maior do que o valor de R\$ 3,64 de 31 de agosto.

“Isso tem um efeito sobre vários setores, não só de preços de produtos que a gente exporta, como de matérias primas que a gente importa, que vêm mais caras e, portanto, aumentam os nossos custos e os nossos produtos”, disse o pesquisador do IBGE Alexandre Brandão.

Segundo ele, as maiores altas de preços foram concentradas nos segmentos dos alimentos, que tiveram inflação de 5,48%, e outros produtos químicos (3,41%). Outros setores que tiveram aumento de preços foram as indústrias extrativas (12,5%) e outros equipamentos de transporte (7,95%).

## **Afif Domingos diz que outros países "não têm o manicômio tributário brasileiro"**

28/10/2015 – Fonte: EM.com

O ex-ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa Guilherme Afif Domingos disse hoje, que outros países do mundo “não tem o manicômio tributário brasileiro”. A declaração foi feita durante uma sessão temática no Senado, que discutiu a proposta que aumenta o limite de enquadramento de microempresas no regime especial de tributação do Simples Nacional, o Supersimples.

“Não é um problema corrigir limite. Nós precisamos rever o conceito das tabelas do Simples, porque correndo o Brasil, quando fizemos a Caravana da Simplificação, nós percebemos que existe medo de crescer.

A micro e pequena empresa têm medo de crescer, porque quem sai do Simples cai no complicado e quando você cita que o Brasil tem limites muito acima dos outros países, os outros países não têm o manicômio tributário brasileiro”, afirmou Afif.

O ex-ministro levou estudos para confrontar os argumentos da Receita Federal de que a proposta em discussão cria uma espécie de “terrorismo” entre os governadores sobre a perda da receita do Simples, o que, segundo ele, não é verdade. “Quando todos pagam menos, os governos acabam arrecadando mais”, disse.



Apesar de defendida por empresários, especialistas e senadores, o secretário-executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, ligado ao Ministério da Fazenda, Silas Santiago apresentou os motivos da discordância com a proposta.

No caso dos parcelamentos, por exemplo, Santiago lembrou que hoje vigora o modelo convencional, com 60 parcelas corrigidas pela Selic como todo regime tributário tem. Já o texto em análise propõe um parcelamento em 15 anos, com redução de multa e juros de forma permanente.

"O que o projeto de lei traz é um parcelamento em 15 anos para sempre, com redução de juros e multa para sempre também. Na verdade, isso preocupa muito tanto o governo federal quanto estados e municípios, principalmente porque vai estimular uma cultura de inadimplência", alertou.

Para o secretário, a proposta gerará perdas de arrecadação com reflexos também para estados e municípios, por conta da distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o PLC 125/15 está na Comissão de Assuntos Econômicos, sob a relatoria da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), que pretende que a proposta seja votada no plenário da Casa até o fim de novembro.

O projeto foi aprovado na Câmara em setembro passado e aumenta em 250% o limite de enquadramento da microempresa no Supersimples (passando dos atuais R\$ 360 mil para R\$ 900 mil de receita bruta anual máxima).

Para empresas de pequeno porte, a participação no sistema simplificado de tributação será permitida para o intervalo de R\$ 900 mil a R\$ 14,4 milhões anuais. Atualmente, varia de R\$ 360 mil a R\$ 3,6 milhões.

Já para os microempreendedores individuais (MEIs) o limite sobe de R\$ 60 mil para R\$ 72 mil. O MEI é aquele empresário que trabalha sozinho ou, no máximo, com uma pessoa contratada.

## **MDIC diz que redução de imposto de carro elétrico visa atrair investimentos**

28/10/2015 – Fonte: EM.com

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) reduziu de 35% para 0% a alíquota do Imposto de Importação para carros elétricos e movidos a células de combustível. A resolução foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira.

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) informou que a decisão da Camex foi tomada após amplo debate sobre o tema e visa a incluir o Brasil em novas rotas tecnológicas, que disponibilizam ao consumidor veículos de maior eficiência energética, baixo consumo de combustíveis e reduzida emissão de poluentes.

"Tais medidas estão alinhadas à política de fomento para novas tecnologias de propulsão e atração de novos investimentos para produção nacional desses veículos", diz o texto.

A Camex ampliou ainda a abrangência da redução de tarifas de importação para carros híbridos de acordo com a eficiência energética do veículo e agregação de valor no Brasil.

A resolução alterou a descrição de alguns códigos para contemplar os veículos com tecnologia de recarga externa. Com isso, mais categorias de veículos híbridos serão beneficiadas com as alíquotas menores que já estavam em vigor - 2%, 4%, 5% e 7%. Também nesses casos, a tarifa cheia é de 35%.

## **Brasil ainda tem problemas de restrição a investimentos estrangeiros, diz OCDE**

28/10/2015 – Fonte: EM.com

Andrea Goldstein, da divisão de investimentos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), afirmou nesta terça-feira, 27, em São Paulo, que o Brasil ainda tem problemas de restrição ao investimento estrangeiro, mas a situação está mais ou menos alinhada com o observado nos membros oficiais do grupo.

"A experiência nos ensina que alguns temas são mais difíceis para reformas. Um tema complexo em todos os países são as parcerias público-privadas (PPP). Já um aspecto muito contencioso do ponto de vista político é a revisão das restrições aos investimentos.

O Brasil ainda tem problemas, mas está na média da OCDE, e poderia estar abaixo, como é o caso do Chile", afirmou durante palestra no seminário Investimento no Brasil e brasileiro no exterior, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica (Sobeet).

Goldstein lembrou que o Brasil já participa das atividades do comitê de investimentos da OCDE, apesar de não ser membro efetivo do grupo. Ele afirmou que não existem regras universais para melhorar o clima de negócios para investimentos, mas é possível aprender com alguns exemplos, como o caso da Coreia do Sul.

"É sempre melhor anunciar as reformas antecipadamente, com um calendário realista e sem voltar atrás. Também é preciso sensibilizar o público sobre os benefícios da abertura", apontou. Ele explicou que, entre os princípios básicos, estão a transparência, não discriminação e proteção dos direitos de propriedade.

Já Maria Luisa Cravo Wittenberg, da Apex-Brasil, falou sobre o trabalho da agência e comentou que, em 2014, a entidade esteve envolvida na atração de US\$ 4,7 bilhões em investimentos para o País, em 30 projetos. Este ano, no consolidado do primeiro semestre, ela diz que o volume está pouco maior do que o observado no mesmo momento do ano passado.

"O que nós observamos é que existe uma menor participação do investimento produtivo e maior dos investimentos em participação, até porque os ativos brasileiros estão mais baratos", contou.

Além disso, o volume individual dos investimentos é menor, com uma participação maior de empresas de menor porte. "As grandes empresas estão segurando os investimentos até terem uma previsibilidade maior na economia brasileira", explicou Maria Luisa.

## **Dólar à vista recua à espera de sinais do Federal Reserve nos EUA**

28/10/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

A expectativa de que o Federal Reserve não deve elevar os juros nos Estados Unidos nesta quarta-feira, 28, abre espaço para a queda do dólar no exterior e também em relação ao real no mercado à vista.

Predomina também nos mercados globais a percepção de que o comunicado do Fed, que será divulgado às 16 horas (de Brasília), poderá sinalizar se uma alta deve ser esperada ainda neste ano ou somente em 2016.

Às 9h40, o dólar à vista recuava 0,07%, a R\$ 3,9009. O dólar futuro de novembro subia 0,18%, a R\$ 3,9035, refletindo ajustes ao fechamento anterior mais fraco que no mercado à vista na terça-feira, 27.



A espera pelo Fed mantém a liquidez fraca. Os cenários fiscal e político seguem no radar. Na agenda interna, há expectativa de votação do projeto de repatriação de recursos pela Câmara.

Dados sobre o fluxo cambial semanal serão divulgados às 12h30. O diretor de Política Monetária do Banco Central, Aldo Mendes, participa de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado sobre o mercado de câmbio a partir das 14 horas. Já o presidente do BC, Alexandre Tombini, participa de evento em São Paulo.

Pela manhã, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, falou sobre energia verde no evento Amazon Day, na embaixada do Brasil em Londres, mas não abordou sobre as questões fiscais do Brasil.

No lado político, o investidor monitora ainda o parecer favorável ao início de processo de impeachment dado pela equipe técnica da Câmara, abrindo a possibilidade de o presidente da Casa, Eduardo Cunha, seguir com a análise do pedido assinado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal. O parecer se embasa na acusação de que o governo teria repetido este ano a prática das pedaladas fiscais.

O Banco Central realiza nesta quarta-feira leilão de rolagem dos contratos de swap com vencimento em 03/11/2015. Serão ofertados, entre 11h30 e 11h40, até 10.275 contratos de swap com data de vencimento para 01/02/2016 e 02/05/2016. O resultado da operação será divulgado a partir das 11h50. Em novembro, estão previstos vencimentos de 205.550 contratos de swap (US\$ 10,277 bilhões).

### **Perspectiva é que investimento estrangeiro no Brasil continue caindo, diz Sobeet**

28/10/2015 – Fonte: EM.com

O diretor-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica (Sobeet), Luis Afonso Lima, afirmou nesta terça-feira, 27, que os investimentos estrangeiros no Brasil devem continuar caindo nos próximos anos. Se no ano passado o País ficou em sexto lugar no ranking mundial de receptores de investimento, este ano já deve haver uma queda para a nona posição.

"Nos próximos anos os investimentos serão menores do que nas últimas estatísticas do Banco Central. A composição atual dos investimentos já mostra isso. Antes, a participação de novas plantas era de 41% do total, e agora caiu para 29%.

Já os investimentos em modernização de unidades existentes, que antes eram 2%, agora são quase 10%", comentou durante o seminário Investimento no Brasil e brasileiro no exterior, promovido pela Sobeet.

Ele explicou que o Brasil não está conseguindo capturar a nova origem dos fluxos de investimento estrangeiro direto (IED), que está cada vez mais mudando para a Ásia. "As perspectivas são menos favoráveis para o IED no mundo, menos ainda nos países em desenvolvimento e menos ainda no Brasil."

Para Lima, é preciso buscar novos acordos comerciais. "O Mercosul teve um papel importante, mas agora os interesses podem e devem olhar além, transbordando o Mercosul. É urgente a expansão de acordos para outros países onde tenhamos potencial para receber investimentos."

Já Pedro Motta Veiga, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), comentou que a presença de investimentos brasileiros no exterior ainda é muito limitada. O País teve um ciclo precoce de internacionalização na década de 1990, concentrado na

Petrobras e algumas empreiteiras, mas não acompanhou o processo internacionalização dos emergentes nos anos 1990, lembrou.

Ele explicou que, seguindo os dados oficiais, grande parte do IED brasileiro em outros países está concentrado em paraísos fiscais e nações europeias que têm legislação tributária favorável para holdings, como a Áustria, Países Baixos e Luxemburgo.

"O total de empresas industriais brasileiras com investimento produtivo no exterior é muito pequeno, não passa de 45", apontou.

O pesquisador apontou que no Brasil a atração de IED ainda é parte da estratégia de substituição de importação, para preservar a base de produção industrial. "Cenários alternativos para o IED no Brasil e os investimentos do País no exterior dependem da mudança de condicionantes.

Precisamos da adoção de uma política de apoio ao IED de empresas brasileiras no exterior, para eliminar o déficit de competitividade das transnacionais brasileiras frente a outros países emergentes", defendeu.

### **Diretor da VW diz que empresa fará o possível para recuperar confiança**

28/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O diretor da marca Volkswagen (VW), Herbert Diess, pediu desculpas nesta quarta-feira (28) pelo escândalo envolvendo a manipulação de motores a diesel e afirmou que a companhia "vai fazer o possível para recuperar a confiança" dos consumidores, em discurso no Salão do Automóvel de Tóquio.

O chefe da principal marca da empresa alemã fez essa afirmativa durante o ato inaugural do evento na capital japonesa, no qual a Volkswagen apresentaria um novo modelo a diesel, mas o lançamento foi adiado para o segundo semestre de 2016 devido ao escândalo das manipulações realizadas pela gigante do setor automotivo.

"Peço sinceras desculpas em nome de toda a companhia", afirmou Diess, que assumiu o cargo à frente da VW em 1º de julho, em declarações veiculadas pelo jornal japonês "Yomiuri". "Faremos o possível para recuperar a confiança dos consumidores em nossa marca", destacou o executivo, que também prometeu "criar uma nova e melhor Volkswagen", seguindo os princípios de "inovação, responsabilidade e valor durável".

Durante a inauguração do Salão do Automóvel de Tóquio, Diess e o responsável pela Volkswagen no Japão, Sven Stein, também apresentaram um novo modelo de utilitário esportivo híbrido.

Stein, por sua vez, assinalou que as vendas da Volkswagen no Japão caíram em um terço neste ano em comparação com 2014, e atribuiu esses números ao escândalo e a outros fatores como a falta de novos modelos.

O grupo Volkswagen reconheceu que instalou durante anos um software em 11 milhões de veículos com motor a diesel que altera resultados sobre emissões de poluentes.

A companhia alemã se comprometeu a fazer o recall dos veículos no mundo todo que foram afetados por essa manipulação. O escândalo também fez com que o grupo perdesse espaço em mercados como a China e tivesse que suspender a comercialização dos modelos a diesel.

## **Vale teria desistido de projeto orçado em R\$ 3,6 bi em Patrocínio**

28/10/2015 – Fonte: Diário do Comércio

O Projeto Salitre da Vale Fertilizantes em Patrocínio (Alto Paranaíba), cujo protocolo de intenções, assinado em 2011 com o governo do Estado, previa investimentos de R\$ 3,6 bilhões, está praticamente morto e enterrado.

Pelo menos é o que acredita o prefeito do município, Lucas Campos de Siqueira (PPS). Ontem, em entrevista ao DIÁRIO DO COMÉRCIO, ele se mostrou "extremamente preocupado" e "apreensivo" em relação ao futuro do empreendimento.

Em setembro, a companhia anunciou que estava dando andamento ao processo de licenciamento ambiental para abertura de uma mina de rocha fosfática em Patrocínio. Da lavra será extraído o minério de fosfato que será enviado para a unidade da empresa em Araxá (Alto Paranaíba), via ferrovia, onde o minério será tratado.

"Aí que estaria o problema. Segundo Siqueira, o protocolo assinado em 2011 previa a construção de uma planta química industrial para a produção de ácidos sulfúrico e fosfórico, além de uma unidade de fertilizantes fosfatados de alta concentração.

"Porém, em agosto, um diretor da Vale esteve aqui e trouxe o novo projeto que seria apresentado na Supram (Superintendência Regional de Regulação Ambiental) para renovação da licença de instalação (LI). Nesse documento, estava previsto apenas a exploração da mina.

Os investimentos são de R\$ 400 milhões, o que equivale a um nono do que foi acordado no protocolo de intenções. O número de empregos gerados também vai cair de 6 mil (entre diretos e indiretos) para 700 ao todo. Para nossa cidade, isso foi um verdadeiro balde de água fria", afirmou o prefeito.

**Mobilização** - Desde então, ele vem tentando mobilizar a empresa e também o poder público estadual na tentativa de garantir que o restante do projeto também saia do papel. No entanto, em audiência pública realizada em 30 de setembro na cidade - como parte do processo de licenciamento ambiental - os representantes da Vale Fertilizantes confirmaram que não há qualquer previsão de novos investimentos da empresa na cidade além da abertura da mina.

"Houve muita contestação por parte de todos os cidadãos presentes. Praticamente ninguém concordou com a argumentação da empresa, que culpa a crise pela mudança nos planos de investimento. Concordamos que isso é uma realidade atual. Mas em 2011, quando o protocolo foi assinado, não havia sinal de crise. Por que então a Vale não deu andamento ao projeto naquela época?", questiona Siqueira.

O prefeito de Patrocínio diz, ainda, temer que o anúncio da retomada de apenas pequena parte do Projeto Salitre seja somente uma "manobra" da empresa para não perder as licenças ambientais.

"Quando estiveram aqui, os diretores da Vale disseram que a previsão é que em julho do ano que vem a mina já esteja operando. No entanto, a Supram nos informou que o projeto não deverá ser analisado antes de março ou abril de 2016. Acho difícil que a empresa consiga cumprir mais esse prazo", argumentou.

## **Empresa estaria procurando sócio**

28/10/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Há alguns meses foi divulgado que a Vale Fertilizantes teria iniciado conversas com algumas multinacionais do setor de fertilizantes (entre elas a Yara, a Mosaic e a Mitsui) na tentativa de encontrar um sócio para dar andamento ao Projeto Salitre. Na ocasião, a empresa confirmou a informação, mas não citou nomes.

A companhia também admitiu estar revendo o cronograma original do projeto, "que será adaptado à nova realidade da indústria de mineração". Segundo o prefeito de Patrocínio, Lucas Campos de Siqueira (PPS), há rumores de que a empresa estaria mesmo interessada em vender seus ativos do setor de fertilizantes.

"Já ouvi de várias pessoas ligadas ao setor de mineração que a Vale estaria negociando a venda da mina para a Yara. No entanto, já procurei as duas empresas e ambas negaram. Mas a gente sabe que tudo pode acontecer no mundo dos negócios", ressaltou.

Nesse caso, continuou o prefeito, o município perderia da mesma forma, uma vez que a empresa já possui unidades industriais na região e faria o mesmo que a Vale pretende fazer. Apenas retirará o minério daqui para processá-lo em outro local", completou.

Em comunicado divulgado em setembro, quando anunciou a retomada dos trabalhos para a abertura da mina, a empresa alegou que a expectativa de produção em Patrocínio é de 1,6 milhão de toneladas de minério de fosfato no primeiro ano de atividade, chegando a 7 milhões de toneladas anuais nos exercícios seguintes.

Por outro lado, caso o projeto fosse implantado em sua totalidade, a unidade de mineração do Salitre teria capacidade para produzir 2,2 milhões de toneladas anuais de fosfato. Já a indústria poderia produzir até 600 mil toneladas por ano de ácido fosfórico.

A assessoria de comunicação da Vale Fertilizantes foi procurada diversas vezes pela reportagem durante a tarde de ontem, mas até o fechamento desta edição não havia respondido às solicitações.

## **Juro do rotativo do cartão chega a 414,3%**

28/10/2015 – Fonte: Diário do Comércio

O juro médio total cobrado no rotativo do cartão de crédito voltou a subir em setembro, alcançando a taxa mais elevada desse segmento e também a mais alta entre todas as avaliadas pelo Banco Central (BC), batendo até mesmo a do cheque especial.

Atingiu a marca de 414,3% ao ano em setembro ante 403,5% de agosto, uma elevação de 10,8 pontos percentuais na margem. No caso do parcelado, ainda dentro de cartão de crédito, o juro diminuiu 0,2 ponto de agosto para setembro, passando de 129,2% ao ano para 129% ao ano.

Já o juro médio do cartão de crédito subiu 4,2 pontos percentuais de agosto para setembro, conforme informou ontem o Banco Central (BC). Em janeiro, a instituição passou a incorporar dados sobre esse segmento, que regula desde maio de 2013. Com a alta na margem, a taxa passou de 93,7% ao ano em agosto para 97,9% ao ano no mês passado.

O estoque de operações de crédito livre para compra de veículos por pessoa física recuou 1,1% de agosto para setembro, segundo o Banco Central. Com isso, o total de recursos para aquisição de automóveis por esse grupo de clientes ficou em R\$ 166,691 bilhões no mês passado - em agosto, o volume foi de R\$ 168,620 bilhões. No ano até o mês

passado, a queda nesse tipo de crédito é de 9,5% e, em 12 meses até setembro, de 9,4%.

As concessões acumuladas em setembro para financiamento de veículos para pessoa física somaram R\$ 6,226 bilhões, o que representa uma queda de 2,8% em relação ao mês anterior (R\$ 6,403 bilhões). Em 2015 até setembro há queda nesse segmento de 11,9% e, em 12 meses, de 7,9%.

## Brasil cai cinco posições em ranking mundial sobre facilidade de negócios

28/10/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Fazer negócios no Brasil ficou um pouco mais difícil. O País caiu cinco posições em um ranking do Banco Mundial divulgado nesta terça-feira, 27, sobre a facilidade de fazer negócios em 189 países. Chamado "Doing Business 2016: Medindo Qualidade e Eficiência", o estudo leva em consideração fatores como a facilidade de abrir empresas, obter crédito e conseguir eletricidade.

O Brasil ficou na 116ª posição este ano, abaixo da colocação do ano passado, 111ª. Inicialmente, no levantamento divulgado em 2014, o País havia ficado no 120º lugar, mas de acordo com o Banco Mundial uma mudança na metodologia para a elaboração do ranking deste ano alterou a posição do País para a 111ª.

São necessários 11 procedimentos para a abertura de um negócio no Brasil, segundo o Banco Mundial.

Cingapura é novamente o líder o ranking, pelo décimo ano consecutivo, seguido por Nova Zelândia e Dinamarca. Ainda entre as dez melhores economias estão o Reino Unido (6º) e a Suécia (8º). As duas últimas posições são ocupadas por Líbia e Eritreia.

Piores que o Brasil no levantamento estão países como Argentina (121º), Índia (130º), Paquistão (138º), Bolívia (157º) e Venezuela (186º). Para fazer o levantamento divulgado nesta terça-feira, os técnicos do Banco Mundial avaliaram medidas tomadas pelos países de junho de 2014 até junho de 2015.

Começar um negócio no Brasil demora 83 dias e são necessários 11 procedimentos. Na Nova Zelândia é preciso apenas um dia e um procedimento. Em Cingapura são dois dias e meio e três procedimentos. Nos Estados Unidos, sétimo lugar no ranking geral, são 6,5 dias. No México, país da América Latina mais bem colocado no levantamento, na posição 38ª, abrir um negócio demora 6,3 dias.

**Outros números.** Em outros indicadores isolados, que são considerados no conjunto para a elaboração do ranking geral, o Brasil também ocupa posição ruim. No item conseguir permissão para construção, o País fica em 169º, demorando em média 425,7 dias. Em registrar uma propriedade, está na classificação 130ª do ranking, demorando em média 31,7 dias.

No pagamento de tributos, o Brasil está perto dos últimos colocados, em 178º. O tempo médio que um empresário no Brasil precisa para preparar, apresentar e pagar impostos é de 2,6 mil horas por ano, enquanto a média na América Latina, considerada alta pelo Banco Mundial, é de 361 horas por ano. A média das economias de renda elevada que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 177 horas.

O Brasil tem melhor posição em dois indicadores, obter eletricidade, quando fica no 22º lugar, e em proteção aos acionistas minoritários, no 29º. No ranking de facilidade para conseguir crédito, o País está na posição 97ª. O destaque na América Latina neste ponto é a Colômbia, no segundo lugar.

Segundo o Banco Mundial, abrir um negócio no Brasil demora 83 dias.

Além de alguns países da América Latina estarem em posições ruins no ranking, estas economias têm feito poucas reformas para facilitar a vida de empresários ao fazer negócios. O documento do Banco Mundial ressalta que 47% dos países da América Latina fizeram algum tipo de reforma no ano passado até junho, somando 24 medidas, deixando a região com a menor porcentagem de economias que implementaram reformas.

O México e o Peru, além de Jamaica e Costa Rica, estão entre as seis economias da região que implementaram mais reformas no ano passado.

O Brasil, de acordo com o documento, implementou uma medida, facilitando o processo de exportação ao reduzir o tempo para completar os procedimentos de conformidade com a fronteira por meio da implementação de um portal eletrônico.

"O Brasil está entre os países que investem em sistemas eletrônicos para facilitar o comércio", afirma o documento. Ao mesmo tempo, o relatório ressalta que o País encareceu a transferência de propriedade ao aumentar imposto para esta transação.

"Embora o ritmo de reformas tenha diminuído na América Latina e Caribe, os países continuam a realizar melhorias. Em 2004, apenas oito economias registraram reformas, em comparação com 15 economias no ano passado", disse a diretora do projeto Doing Business, Rita Ramalho, em comunicado.

**Melhora.** O relatório do Banco Mundial conclui que os países em desenvolvimento aceleraram as reformas nos últimos 12 meses para facilitar os negócios: 85 desses países implementaram 169 medidas, acima das 154 feitas no ano anterior. Os países de alta renda fizeram 62 reformas. Ao todo, mais de 60% dos países do mundo melhoraram as regras de negócios.

"O desafio do desenvolvimento é trilhar o caminho estreito através da identificação de regulamentações que são boas e necessárias, evitando aquelas que impedem a criatividade e dificultam o funcionamento das pequenas e médias empresas", afirma o economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial, Kaushik Basu.

## **Empresas ainda não estão preparadas para enfrentar crises**

28/10/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A crise política, a recessão econômica e a quebra de confiança gerada pelos desdobramentos da Operação Lava Jato levaram a uma preocupação maior dos empresários no Brasil com a forma como seus negócios são conduzidos. Esses fatores, no entanto, expuseram o despreparo das companhias em lidar com esses eventos.

"A gestão de risco no Brasil ainda é imatura, mas ela existe e está crescendo à medida em que o mercado exige melhor governança. Já quanto à gestão de crise, as empresas ainda estão em um patamar inicial", avalia Camila Araújo, sócia da consultoria Deloitte.

As práticas de gestão de risco são aquelas que buscam prevenir crises (que podem ser ambientais, financeiras, de imagem, ou envolverem questões legais), enquanto as de gestão de crise tratam de lidar com eventos inesperados que já estão em curso.

Uma pesquisa feita pela consultoria em parceria com o Instituto Ethos ouviu 95 líderes de companhias no Brasil. A conclusão foi que, embora mais de 60% delas tenham uma área de gestão de riscos, a maioria não possui um plano específico para gerenciar crises.

A recomendação é de que as empresas tenham grupos de trabalho com profissionais de diversas áreas que estejam preparados para enfrentar essas situações.

Para o presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Idésio Coelho, a gestão de crise no Brasil ainda é pontual.

“As empresas respondem de forma reativa, de modo a apagar um incêndio de cada vez”, disse. Segundo o executivo, um dos motivos é o estágio de desenvolvimento do mercado de capitais. “No Brasil, existe a clássica figura do controlador que domina a empresa e não presta todos os esclarecimentos ao mercado. Em outros países, conscientização e cobrança são maiores e acontecem há mais tempo”, disse.

**Lições.** O atual cenário tem o efeito positivo de reforçar questões como ética, transparência e controles internos, ainda que pelo caminho mais doloroso. Na pesquisa da Deloitte, que está em sua quinta edição no Brasil, essas preocupações nunca foram tão urgentes como agora.

Diretor da CPFL Energia, Marco Antonio Bueno lidera um grupo de trabalho para prevenir diversos tipos de eventos, que englobam desde questões operacionais, como a interrupção no fornecimento de energia em determinada região, até questões financeiras, como o endividamento da empresa.

Para lidar com temas tão diversos, a CPFL Energia criou há um ano um comitê executivo de riscos. Também passou a apostar nos chamados agentes de compliance: um grupo de 20 funcionários que atuam em diversas áreas da empresa, focados no monitoramento de riscos para o negócio. Esse modelo, porém, será revisado: “Queremos ampliá-lo em atribuições e escopo”, disse o executivo.

Já a gestão de crise não fica concentrada em uma divisão específica: “Cabe a cada área lidar com esses eventos”, disse Bueno.

Apesar de o cenário trazer diversas lições para quem faz negócios no Brasil, o discurso da classe empresarial não reflete totalmente a realidade. A avaliação é do consultor Ricardo Gambarotto, da RGF & Associados. “Falando institucionalmente, empresários e executivos são otimistas em relação à crise econômica, mas a foto é diferente em um ambiente mais íntimo”.